



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 1488/2021

Dispõe a respeito da retomada do trabalho integralmente remoto na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências, como decorrência do incêndio ocorrido em 06 de setembro de 2021, dando outras providências.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais etc.

**CONSIDERANDO** o incêndio ocorrido na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 06 de setembro de 2021, comprometendo a respectiva estrutura e impedindo que ali seja realizada qualquer atividade presencial;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 06/2021, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça Estadual do Ceará, especialmente o respectivo art. 3º, bem assim o quanto disposto na Portaria n.º 376/2021, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a capacidade técnica e operacional demonstrada durante os anos de 2020 e 2021, quando o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por teletrabalho, prosseguiu prestando, de forma ininterrupta e eficiente, o serviço que lhe incumbe;

### RESOLVE:

Art. 1º Restabelecer, a partir de 06 de setembro de 2021, para todos os setores judiciais e administrativos que funcionam na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o trabalho exclusivamente remoto.

Art. 2º Determinar, também a partir de 06 de setembro de 2021, que as sessões de julgamento ocorram de forma exclusivamente remota.

Art. 3º Transferir provisoriamente a sede administrativa do Tribunal de Justiça do Ceará, a Presidência e a Vice-presidência, com os respectivos setores de apoio, para o Fórum Clóvis Beviláqua, situado na Avenida Floriano Benevides, S/N, bairro Edson Queiroz, em Fortaleza/CE.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sem prejuízo de sua ulterior submissão a referendo pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 08 de setembro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
Presidente do TJCE

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 2634/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo n.º 8517446-53.2015.8.06.0000, **RESOLVE** aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 03 de novembro de 2015, FRANCISCO MIGUEL DE NORÕES ROCHA no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, referência SPJNME06, matrícula n.º 11975/1-7, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais no valor de R\$ 18.813,19 (Dezoito mil, oitocentos e treze reais e dezenove centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual n.º 15.748/2014) – 40h – SPJNME06 (Oito mil, trezentos e vinte reais e vinte e um centavos)	R\$ 8.320,21
Progressão Horizontal – 15% (Art.43, §1º da Lei estadual n.º 9.826/74) (Hum mil, duzentos e quarenta e oito reais e três centavos)	R\$ 1.248,03
Gratificação de Atividade Externa (GAE) – 30% (Art. 17 da Lei estadual n.º 14.786/2010) (Dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e seis centavos)	R\$ 2.496,06
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) - 30% (Art. 11 da Lei estadual n.º 14.786/2010) (Dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e seis centavos)	R\$ 2.496,06



Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.250,21
(Hum mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e um centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 3.002,62
(Três mil e dois reais e sessenta e dois centavos)	
TOTAL	R\$ 18.813,19
(Dezoito mil, oitocentos e treze reais e dezenove centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

Maria Iracema Martins do Vale

Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 03808/2021, em sessão datada de 27 de agosto de 2021, o registro tácito do ato de aposentadoria para Francisco Miguel de Norões Rocha, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.**

## ESTADO DO CEARÁ

PODER JUDICIÁRIO

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 2.747/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8511369-28.2015.8.06.0000, RESOLVE aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 14 de outubro de 2015, RUFINA SOARES ROCHA no cargo de Técnico Judiciário, matrícula nº 93165/1-5, nos termos do art. 3º, incisos I e II e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais, no valor total de R\$ 16.029,78 (dezesesseis mil e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) – 40h SPJNME08	R\$ 9.016,45
(Nove mil e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)	
Progressão Horizontal – 25% (Art. 43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 2.254,11
(Dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos)	
Vantagem Pessoal (Lei estadual nº 11.171/1986)	R\$ 1.167,79
(Hum mil, cento e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.704,93
(Dois mil, setecentos e quatro reais e noventa e três centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 886,50
(Oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)	
TOTAL	R\$ 16.029,78
(Dezesesseis mil e vinte e nove reais e setenta e oito centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 17 dias do mês de dezembro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 03787/2021, em sessão datada de 27 de agosto de 2021, o registro tácito do ato de aposentadoria para Rufina Soares Rocha, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.**

## CONSELHO DE MAGISTRATURA

### ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 8501321-29.2015.8.06.0026**

Recorrente: Raimundo Welton Braga Muniz

Representante Jurídico: Samuel Levy Pontes Braga Muniz, OAB-CE nº 25.684

Recorrido: Juiz Diretor do Foro da Comarca de Sobral

Órgão Julgador: Conselho Superior da Magistratura

Relator: Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte

**EMENTA: CONSELHO DA MAGISTRATURA. RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OFICIAL DE JUSTIÇA. INFRAÇÃO. VERIFICADA. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTS. 191, II E 193,**